

MUNICÍPIO DE CARPINA
ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
 Dezembro(31/12/2025)

Exercício de 2025

Pág.: 1

ISOLADO:1 - MUNICÍPIO DE CARPINA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS							
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	NOTA 01	32.514.287,35	38.342.402,82	PESSOAL E ENCARGOS	NOTA 04	50.750.925,29	23.127.125,65
IMPOSTOS		30.068.494,82	35.582.548,01	REMUNERAÇÃO A PESSOAL		44.024.972,05	20.258.658,52
TAXAS		2.445.792,53	2.759.854,81	ENCARGOS PATRONAIS		6.725.953,24	2.868.467,13
CONTRIBUIÇÕES		8.132.817,41	8.402.916,61	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		8.132.817,41	8.402.916,61	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	NOTA 05	47.872.860,27	44.035.483,97
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		0,00	45.503,80	USO DE MATERIAL DE CONSUMO		4.275.104,01	4.112.089,78
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		0,00	45.503,80	SERVIÇOS		36.869.367,66	39.923.394,19
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		2.631.850,21	398.363,80	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		6.728.388,60	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA		0,00	163.769,09	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		11.220,38	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		2.631.850,21	234.594,71	JUROS E ENCARGOS DE MORA		11.220,38	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	NOTA 02	183.087.013,39	110.458.996,70	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	NOTA 06	125.235.177,61	67.040.785,16
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		4.098.271,96	53.582,95	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		98.484.400,61	66.978.085,16
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		178.862.706,67	110.405.413,75	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		26.750.777,00	62.700,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		126.034,76	0,00	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		6.694.564,36	412.585,17
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		7.083.024,91	178.082,03	REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS		0,00	412.585,17
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		7.083.024,91	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		6.694.564,36	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	178.082,03	TRIBUTÁRIAS		1.493.914,15	2.783.529,21
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		2.927.376,56	1.509.462,57	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	2.783.529,21
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		610.468,66	0,00	CONTRIBUIÇÕES		1.493.914,15	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		2.316.907,90	1.509.462,57	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		0,00	0,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	NOTA 03	236.376.369,83	159.335.728,33	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		1.007.653,71	388.798,69
TOTAL		236.376.369,83	159.335.728,33	PREMIAÇÕES		27.312,00	388.798,69
				RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES		31.287,90	0,00
				INCENTIVOS		326.000,00	0,00
				DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		623.053,81	0,00
				TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	NOTA 07	233.066.315,77	137.788.307,85
				RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	NOTA 08	3.310.054,06	21.547.420,48
				TOTAL		236.376.369,83	159.335.728,33

MARIA EDUARDA BAIMA TEIXEIRA GOUVEIA
 PREFEITA

TADEU ANDRE BEZERRA DE SANDE
 CONTADOR



MUNICIPIO DE CARPINA
ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Dezembro(31/12/2025)
ISOLADO:1 - MUNICIPIO DE CARPINA

Exercício de 2025

Pág.: 2

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	NOTA 09	9.437.861,04	4.502.420,36
INVESTIMENTOS		9.437.861,04	4.502.420,36
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	NOTA 10	4.825.832,98	4.813.121,32
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		4.825.832,98	4.813.121,32
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		0,00	1.773.897,05
ALIENAÇÃO DE BENS/AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS(RECEITAS)		0,00	1.773.897,05

MARIA EDUARDA BAIMA TEIXEIRA GOUVEIA
PREFEITA

TADEU ANDRE BEZERRA DE SANDE
CONTADOR

Documento Assinado Digitalmente por: MATHEUS JOSE EMERY BEZERRA, MARIA EDUARDA BAIMA TEIXEIRA GOUVEIA, TADEU ANDRE BEZERRA DE SANDE
Asses em: <https://eic.ice.pe.gov.br/epp/validaDos5eamCodigo.do?documento:e4845a50-1902-459e-9ba6-872a374b6348>





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARPINA
NOTAS EXPLICATIVAS – ANEXO XVII – RESOLUÇÃO TC Nº 299, 11 DE NOVEMBRO DE 2025
DEMONSTRATIVO VARIAÇÃO PATRIMONIAL – ANEXO XV DA LEI 4.320/64 – MCASP

I – INFORMAÇÕES GERAIS

- a) **Nome da entidade:** Prefeitura Municipal de Carpina
- b) **CNPJ:** 11.097.342/0001-98
- c) **Natureza Jurídica:** 124-4 – Município
- d) **Domicílio do órgão:** Praças São José, nº 95 – Centro – Carpina/PE – CEP: 55.815-040
- e) **Dados do representante legal:** Maria Eduarda Baima Teixeira Gouveia. Período de Gestão – 01/01/2025 a 31/12/2025.
- f) **Contato:** Telefone – (81)98261-9284
E-mail – ouvidoria@carpina.pe.gov.br
Site – <https://www.Carpina.pe.gov.br/portal/>

NATUREZA DAS OPERAÇÕES E PRINCIPAIS ATIVIDADES DO ÓRGÃO

O Município de Carpina conta atualmente com uma população estimada pelo IBGE em 59.638 habitantes (<https://www.carpina.pe.gov.br/>), está situado à 57 km da Cidade de Recife, e possui uma extensão territorial total de 146.494 km². Tem como coeficiente individual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 2,6. Durante o exercício de 2025 a execução orçamentária baseou-se na Lei Municipal nº 2.042 de 20 de novembro de 2024. Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

DADOS ADICIONAIS

- I – **Período da demonstração contábil:** 01/01/2025 à 31/12/2025
- II – **Dados do Contador:** Tadeu André Bezerra de Sande. CRC: 017.226/O-3/PE. E-mail: tadeusande@tabsassessoria.com.br
- III – **Nome do Software de contabilidade pública:** SCPI – Fiorilli Software
- IV – **Endereço do portal da transparência:** <https://transparencia.carpina.pe.gov.br/app/pe/carpina/>

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEL

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria STN/MF nº 2016 e 18 de dezembro de 2024, Portaria Conjunta STN/SOF nº 26, de 18 de dezembro de 2024 e Portaria Conjunta STN/SRPC nº 25 de 18 de dezembro de 2024, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 11ª edição. A metodologia de registro, mensuração e evidenciação submetem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13 – Apresentação





de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do *International Federation of Accountants (IFAC)* através das *International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)* das quais destacamos as de número 1 e 35. Dessa forma, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais Prefeitura Municipal de Carpina.

II – RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Os registros inerentes aos atos e fatos contábeis da prestação de contas anual foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª edição, Portaria STN/MF nº 2016 de 18 de dezembro de 2024, Portaria Conjunta STN/SOF nº 26, de 18 de dezembro de 2024 e Portaria Conjunta STN/SRPC nº 25 de 18 de dezembro de 2024, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, observadas as seguintes normas do Conselho Federal de Contabilidade. Sendo a moeda utilizada o real (R\$), não tendo registros em moeda estrangeira que necessitasse de conversão de valores a moeda nacional vigente.

BASE DE MENSURAÇÃO UTILIZADAS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) tem por objetivo evidenciar as alterações ocorridas no patrimônio da entidade pública durante o exercício, por meio das variações qualitativas e quantitativas, segregadas entre **variações patrimoniais aumentativas e diminutivas**.

As transações reconhecidas nesta demonstração foram mensuradas, **em sua maioria, com base no custo histórico**, refletindo o valor original das receitas arrecadadas e despesas incorridas. Essa base é considerada a mais adequada à mensuração das variações patrimoniais no setor público, conforme disposto na Parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – 11ª Edição), respeitando o regime de competência patrimonial.

As bases de mensuração adotadas para os principais grupos da DVP foram:

- **Receitas orçamentárias e extraorçamentárias:** registradas pelo **valor nominal arrecadado**.
- **Despesas orçamentárias:** reconhecidas com base no **custo incorrido**, de acordo com o estágio da execução (empenho, liquidação, pagamento).





- **Depreciação, amortização e exaustão:** quando aplicáveis, mensuradas com base no **valor de aquisição dos bens**, utilizando taxas definidas pelas políticas contábeis da entidade.

- **Provisões:** reconhecidas com base na **melhor estimativa do valor presente da obrigação**, quando aplicável.

As variações patrimoniais são reconhecidas independentemente de sua execução orçamentária, conforme determina a **NBC TSP Estrutura Conceitual**, sendo a DVP elaborada segundo o regime contábil de competência.

Demais informações de base de mensuração:

- a) Em conformidade com a NBC TSP nº 11, e alinhados a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), o detalhamento das variações patrimoniais diminutivas (VPD) foram estruturadas por natureza, inexistindo legislação local que estabelece o critério por função.
- b) Foram utilizados o custo histórico para o registro dos fenômenos contábeis, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação.
- c) Em atendimento a Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TCE-PE nº 299/2025, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária. Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 3.2.3 à página 527 da 11ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- d) A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.
- e) A apuração do resultado patrimonial consistiu no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício.
- f) No quadro principal da DVP as contas de VPA e VPD foram detalhadas até o 3º nível do PCASP que trata de subgrupo, melhorando a qualidade da informação contábil.
- g) A soma das contas da VPA e VPD poderão constar acima ou embaixo de cada grupo de contas
- h) A DVP foi elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP.
- i) Não houve compensações entre contas de VPA em relação a contas de VPD.
- j) Integram a VPA todas as receitas orçamentárias efetivas arrecadadas pelo município.
- k) Integram a VPD todas as despesas orçamentárias efetivas realizadas pelo município.
- l) Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.
- m) Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou



pagamento de passivos.

JULGAMENTO PELA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

- a) Classificação de ativos:
Não existiu mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.
- b) Constituição de provisões:
Houve constituição de provisão matemática do RPPS no exercício, conforme Nota Explicativa.
- c) Reconhecimento de variações patrimoniais:
Houve reconhecimento de valores referente as provisões matemáticas do Instituto de Previdência de Carpina, que foram atualizadas para o exercício de 2025, alterando significativamente o montante desta demonstração.
- d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:
Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

III – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

- a) **Passivos Contingentes:** Não se aplica a esta demonstração.
- b) **Divulgações não financeiras:** Não se aplica a esta demonstração.
- c) **Reconhecimento de inconformidade que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:**
Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho futuro das operações da entidade.
- d) **Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:**
Não houve neste demonstrativo ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

IV – NOTAS EXPLICATIVAS E REFERÊNCIAS CRUZADAS

Serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” e seu respectivo número, baseadas em contas, grupos de contas ou informações dos demonstrativos, com intuito de facilitar a leitura, entendimento e interpretação dos usuários.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais está prevista no art. 104 e Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64, que assim define esse demonstrativo: “A *Demonstração das Variações Patrimoniais* evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.” Contudo, com o advento das NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, e de acordo com o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN – Secretaria do Tesouro Nacional, o referido demonstrativo sofreu algumas alterações para o exercício de 2013 em diante, de forma a evidenciar as variações patrimoniais quantitativas e qualitativas.

Entende-se por variações patrimoniais quantitativas aquelas decorrentes de transações





no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e são divididas em Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Entende-se por variações patrimoniais qualitativas aquelas decorrentes da execução orçamentária que consistem em incorporação e desincorporação de ativos, bem como incorporação e desincorporação de passivos.

VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	NOTA 01	32.514.287,35	38.342.402,82
IMPOSTOS		30.068.494,82	35.582.548,01
TAXAS		2.445.792,53	2.759.854,81
CONTRIBUIÇÕES		8.132.817,41	8.402.916,61
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		8.132.817,41	8.402.916,61
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		0,00	45.503,80
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		0,00	45.503,80
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		2.631.850,21	398.363,80
JUROS E ENCARGOS DE MORA		0,00	163.769,09
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		2.631.850,21	234.594,71
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	NOTA 02	183.087.013,39	110.458.996,70
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		4.098.271,96	53.582,95
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		178.862.706,67	110.405.413,75
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		126.034,76	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		7.083.024,91	178.082,03
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		7.083.024,91	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	178.082,03
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		2.927.376,56	1.509.462,57
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		610.468,66	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		2.316.907,90	1.509.462,57
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	NOTA 03	236.376.369,83	159.335.728,33
TOTAL		236.376.369,83	159.335.728,33

Nota 01 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: São valores que compreendem prestação pecuniária compulsória, instituída em lei mediante atividade administrativa, somando um montante de R\$ 32.514.287,35.

Nota 02 – Transferências e Delegações Recebidas: Com o valor total de R\$ 183.087.013,39, compreende principalmente as transferências recebidas da União e Estado, incluindo as transferências do FUNDEB, além das transferências recebidas dos entes da administração indireta e indenizações e restituições. (Nota: O título e a numeração foram ajustados para seguir a sequência do balanço, onde a Nota 02 refere-se a Transferências).

Nota 03 – Total das Variações Patrimoniais Aumentativas: As variações patrimoniais aumentativas provocam aumento na situação líquida patrimonial pelo aumento de valores ativos ou diminuição de valores passivos. Em 2025, apresentou um total de R\$ 236.376.369,83.





VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E ENCARGOS	NOTA 04	50.750.925,29	23.127.125,65
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		44.024.972,05	20.258.658,52
ENCARGOS PATRONAIS		6.725.953,24	2.868.467,13
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		0,00	0,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	NOTA 05	47.872.860,27	44.035.483,97
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		4.275.104,01	4.112.089,78
SERVIÇOS		36.869.367,66	39.923.394,19
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		6.728.388,60	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		11.220,38	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA		11.220,38	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	NOTA 06	125.235.177,61	67.040.785,16
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		98.484.400,61	66.978.085,16
TRANSFERÊNCIAS INTER-GOVERNAMENTAIS		26.750.777,00	62.700,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		6.694.564,36	412.585,17
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS		0,00	412.585,17
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		6.694.564,36	0,00
TRIBUTÁRIAS		1.493.914,15	2.783.529,21
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	2.783.529,21
CONTRIBUIÇÕES		1.493.914,15	0,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		1.007.653,71	388.798,69
PREMIAÇÕES		27.312,00	388.798,69
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES		31.287,90	0,00
INCENTIVOS		326.000,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		623.053,81	0,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	NOTA 07	233.066.315,77	137.788.307,85
RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	NOTA 08	3.310.054,06	21.547.420,48
TOTAL		236.376.369,83	159.335.728,33

Nota 04 – Pessoal e Encargos: Compreende a remuneração de pessoal e encargos patronais no decorrer do exercício de 2025, somando um montante de R\$ 50.750.925,29 do total das Variações Patrimoniais Diminutivas.

Nota 05 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: É composto pelo somatório das variações de manutenção e operação dos órgãos públicos do município (exceto despesas com pessoal e encargos sociais), bem como depreciação, amortização e exaustão, totalizando R\$ 47.872.860,27 no exercício de 2025.

Nota 06 – Transferências e Delegações Concedidas: Engloba todas as transferências concedidas aos entes da administração indireta, bem como transferências referentes a subvenções sociais concedidas a associações sem fins lucrativos, totalizando R\$ 125.235.177,61.

Nota 07 – Total das Variações Diminutivas: O somatório de todas as variações patrimoniais diminutivas do período totalizou R\$ 233.066.315,77 no exercício de 2025.

Nota 08 – Resultado Patrimonial (Superávit): O resultado patrimonial é o confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas resultando em um superávit patrimonial de R\$ 3.310.054,06.





V – SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO

Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
R\$ 0,00	R\$ 0,00

VI – TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTO E FINANCEIRAMENTO QUE NÃO ENVOLVAM USO DE CAIXA

Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
R\$ 0,00	R\$ 0,00

VII – AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES

Não se aplica a este demonstrativo.

VIII – ITENS MAIS RELEVANTES QUE COMPÕEM AS VPA E VPD

ITENS MAIS RELEVANTES NA VPA E VPD			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
RELEVÂNCIA	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	
		2025	2024
1º	Transferências e Delegações Recebidas	183.087.013,39	110.458.996,70
2º	Impostos, Taxas e contribuições de Melhoria	32.514.287,35	38.342.402,82
3º	Contribuições	8.132.817,41	8.402.916,61

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
RELEVÂNCIA	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	
		2025	2024
1º	Transferências e delegações concedidas	125.235.177,61	67.040.785,16
2º	Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	50.750.925,29	23.127.125,65
3º	Pessoal e Encargos	47.872.860,27	44.035.483,97

III – VPA E VPD RELEVANTE EM DECORRÊNCIA DA PORTARIA STN Nº 327/2001 (REPASSE A MAIOR OU A MENOR DO FPM)

Não houve registro de VPA e VPD relevante, lançada em decorrência da Portaria STN nº 327/2001 para repasse a maior ou menor da FPM.

IX – CIRCUNSTÂNCIAS QUE DEVEM SER APRESENTADAS AINDA QUE SEUS VALORES NÃO SEJAM RELEVANTES

- a) **Redução a valor recuperável no ativo imobilizado:** Não existiram ativos que tiveram redução a valor recuperável por meio do teste de *impairment*.





- b) **Baixas de investimentos:** Não houve registros de baixa de investimentos.
- c) **Constituição ou reversão de provisões:** Não foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 0,00 e Reversão de Provisões no valor de R\$ 0,00, conforme Cálculo Atuarial que consta desta prestação de contas.

XI – MONTANTE DE RECEBÍVEIS RECONHECIDOS EM RELAÇÃO À RECEITA SEM CONTRAPRESTAÇÃO – NBC T SP 01 – ITEM 106

No exercício de 2025 não houve reconhecimento de recebíveis em relação à receita sem contraprestação.

XII – DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA





		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual





		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATÓRIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		CONTADOR	-	IMPLEMENTADA

MARIA EDUARDA BAIMA TEIXEIRA GOUVEIA
PREFEITA

TADEU ANDRÉ BEZERRA DE SANDE
CONTADOR CRC: 017.226/O-3/PE

